

Em 2009, crise custou R\$ 147 bilhões ao PIB

Antes da 'marolinha', economistas previam crescimento de 4%. Mas recessão foi de 0,6%, mostrou IBGE

• As perdas para economia brasileira com a maior crise global desde 1929 ultrapassaram R\$ 147 bilhões em 2009. Anteontem, o IBGE mostrou que o Produto Interno Bruto (PIB, conjunto de bens e serviços produzidos no país) recuou 0,6% no ano passado, uma recessão maior do que a perda de 0,2% anteriormente estimada pelo instituto. Antes da crise — que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva chegou a classificar de "marolinha" em outubro de 2008 — os analistas previam que o país crescería 4% no ano passado.

Essa era, em média, a taxa

prevista em junho de 2008, para a expansão do PIB no ano seguinte. Assim, a perda com a recessão, que foi de R\$ 19,1 bilhões (considerando a queda de 0,6% do PIB) sobe para R\$ 147,140 bilhões considerando a estimativa dos analistas antes da crise, segundo cálculos do professor de Economia Internacional da UFRJ Reinaldo Gonçalves.

Ou seja, se o PIB tivesse crescido em 2009 a taxa de 4% prevista, o tamanho da economia brasileira no fim do ano passado seria de R\$ 3,332 trilhões — e não de R\$ 3,185 trilhões como observado pelo IBGE.

— Isso mostra que a blindagem do Brasil contra a crise era de papel crepom. Havia muita vulnerabilidade nas contas externas e um desalinhamento no câmbio. Contou também a dependência das *commodities*. Nossas exportações caíram 30%.

Mas seria possível não ter recessão com a crise? Gonçalves acredita que sim. Ele cita o exemplo da Argentina, que teve expansão no mesmo ano de 0,9%:

— Lá, existe um certo controle de câmbio e, por isso, ficou menos vulnerável à crise. No Brasil, a cotação do dólar deu um salto (saiu de R\$ 1,55 no

início de agosto de 2008 para R\$ 2,53 em dezembro). Sadia e Ara-cruz quase quebraram e a Petrobras teve que recorrer à Caixa Econômica Federal — lembra.

Para 2010, previsão é de alta entre 7,5% e 8% no PIB

E aí vieram as medidas do governo para estimular a economia e impedir uma recessão mais forte. Reajustou-se salário mínimo, funcionalismo público e os benefícios do Bolsa Família, diz o professor da UFRJ.

— O governo se apavorou, principalmente às vésperas de eleição. Uma gestão macroeco-

nômica de vereador de interior.

Para o economista-chefe da Confederação Nacional do Comércio e ex-diretor do Banco Central, Carlos Thadeu de Freitas, o erro maior foi demorar demais para baixar os juros — a Taxa Selic chegou a subir no mês em que o Lehman Brothers quebrou, de 13% para 13,75% ao ano, e só foi reduzida em meados de janeiro para 12,75% ao ano.

— A perda a se considerar é a efetiva, o 0,6% de recuo. Só quem trabalha com expectativas é o Banco Central, que demorou muito a baixar os juros no momento da crise.

Ele concorda com Gonçalves de que o país não estava tão blindado assim contra a crise, mas afirma que a recuperação foi muito rápida

— A política anticíclica foi rápida — diz Freitas.

Porém, o economista critica a demora do governo em retirar os estímulos fiscais adotados:

— Se fossem retirados mais cedo, a inflação seria menor.

Este ano a expansão está vigorosa. Espera-se que a economia cresça entre 7,5% e 8%, o que será um recorde em mais de 20 anos. E para 2011, as projeções indicam alta entre 4% e 4,5%. ■

A Semana



Debate. David Kupfer, da UFRJ, discutiu a atual conjuntura em evento de CartaCapital

Trégua na alta dos juros

ECONOMIA | O governo anuncia ofensiva fiscal e monetária e o BC não eleva a Selic

O CONSELHO DE Política Monetária (Copom) decidiu, na quarta-feira 8, manter a taxa básica de juros em 10,75%. A decisão foi tomada por unanimidade e recebida sem surpresas pelo mercado. A “trégua” aos apelos por juros mais elevados foi concedida após o anúncio, três dias antes, de medidas para conter a escalada do crédito voltado ao consumo. As ações do Banco Central incluíram a elevação dos depósitos compulsórios e a redução de prazos de linhas de financiamento à pessoa física.

No front fiscal, a ofensiva consiste em cortes no Orçamento que devem chegar à casa de 12 bilhões de reais. A estratégia foi explicitada pelo ministro da Fazenda, Guido Mantega, durante o seminário 2011-2014: o Brasil e os Desafios do Novo Ciclo de Desenvolvimento, promovido por *CartaCapital* na segunda-feira 6, no Rio de Janeiro. A cobertura completa do evento será publicada na próxima edição da revista.

“Essa redução (*de gastos públicos*) abre espaço razoável para a redução dos juros. O Brasil está muito defasado em juros no cenário internacional”, afirmou o ministro. Se-

gundo Mantega, os cortes serão pontuais, de modo a não prejudicar os projetos prioritários dos ministérios. “Não é o ajuste fiscal do passado, de triste memória.”

Os esforços para segurar a inflação permearam os debates do seminário, que reuniu economistas como David Kupfer, da UFRJ, e o ex-presidente do BNDES Carlos Lessa. De acordo com ambos, ainda não é clara a necessidade de elevação da taxa básica de juros no início do governo de Dilma Rousseff. Sobretudo por se tratarem de reajustes de preços motivados não por pressões de demanda, mas, sobretudo, pelas altas cotações internacionais das commodities alimentícias – fatores sobre os quais o juro não tem nenhuma influência. Além do mais, segundo o IBGE, o ritmo da economia já caiu. No terceiro trimestre, a alta do PIB foi de apenas 0,5% em relação aos três meses anteriores.

A variação do IPCA em novembro, de 0,83%, foi a maior registrada em um mês desde abril de 2005. Os alimentos respondem por quase dois terços da alta. Segundo afirmou ao *Valor Econômico* o sócio da RC Consultores, Fábio Silveira, o País está “importando inflação de alimentos”. A crise internacional reduziu a rentabilidade dos títulos de países ricos, o que levou bancos e investidores a apostar nos preços das commodities. Com bom nível de emprego e renda em ascensão, o brasileiro acaba por sancionar a subida dos preços. Ou seja, há uma combinação de motivos externos e internos a explicar a arrancada da inflação. E não é difícil adivinhar quem vai pagar a conta. ●

